

Luís Marreiros¹

A Conservação do Património Arquitectónico como Factor de Defesa do Ambiente

Resumo

Pretende-se com esta comunicação chamar a atenção para a existência de uma relação directa entre a conservação do património arquitectónico e a conservação da natureza.

É defendida a convicção de que cabe aos arquitectos e aos engenheiros, enquanto projectistas, um importante papel na missão de salvaguarda destes valores.

Por fim é apresentado um exemplo de um projecto recente que faz a ponte entre a preservação de valores históricos, as novas tecnologias e as preocupações com o ambiente.

A Conservação do Património Arquitectónico

A protecção do nosso planeta parece estar definitivamente percebida como uma necessidade absoluta e como uma condição obrigatória para a sobrevivência do mundo, tal como o conhecemos.

A conservação da natureza deixou há muito de ser a luta de uns quantos grupos visionários que eram encarados com benevolência ou com depreciação e a quem se atribuíam intenções e interesses mais ou menos claros ou obscuros. Actualmente e cada vez mais, os ambientalistas devemos ser todos nós e aquilo que nos deve motivar será a razão, se não for a emoção ou o instinto de sobrevivência.

A defesa do ambiente deve estar hoje em dia presente em todos os nossos actos quotidianos e deve estar também presente na prática de muitos profissionais. Os arquitectos têm uma grande responsabilidade e um importante papel nesta área porque, a par com outras profissões, eles estão envolvidos na actividade que é responsável pelo depauperamento de mais de metade dos recursos naturais do planeta. Essa actividade é a construção civil e as obras públicas. Com efeito, uma grande parte da actividade humana está dirigida para a construção e manutenção dos ambientes onde vivemos, trabalhamos e nos deslocamos. Este problema torna-se mais premente à medida que a população do mundo aumenta e ganha acesso a bens de produção industrial.

Neste âmbito a conservação do património arquitectónico pode trazer um forte contributo para a redução do consumo de meios. A perspectiva que importa aqui hoje sublinhar é não apenas a da conservação do património dito cultural mas sobretudo a do património construído no seu todo, o que obviamente

1 - Arquitecto

integra o património cultural. De qualquer forma a noção de património arquitectónico cultural tem vindo a ser cada vez mais lata, desde que em 1931 se produziu em Atenas a primeira carta internacional de defesa dos valores históricos. Nessa altura os monumentos grandiosos, testemunho de valores histórico e artísticos notáveis constituíam a essência do património a preservar. Mais tarde, em 1964, em Veneza, esse conceito era alargado aos conjuntos arquitectónicos e, em 1986, esta evolução de conceitos e de atitude perante o legado arquitectónico acentuou-se com a carta de Washington - a Carta Internacional para a Salvaguarda de Cidades Históricas. É disso sintomático o preâmbulo da carta de Washington que refere que todas as cidades do mundo são expressões materiais da diversidade das sociedades através da história e são todas, por essa razão, históricas. Por esta evolução recente pode-se adivinhar que a valorização do património construído tende para convergir para a totalidade do universo construído. Essa convergência será tanto mais rápida quanto a noção de que preservar o património edificado é também preservar a natureza.

Mas vejamos se existe realmente esta relação directa entre ambiente e arquitectura e porque é que é tão importante conservar o património existente.

Logo à partida os conceitos são comuns: a conservação é o termo hoje em dia utilizado pelos especialistas quando se referem à utilização racional das energias disponíveis. Na língua inglesa “conservation” é tão somente uma atitude e uma política de racionalização dos recursos energéticos. E a arquitectura é também uma forma de energia – é energia potencial que como qualquer outra forma de energia carece conservação.

Mas vejamos mais objectivamente os argumen-

tos a favor da conservação do património arquitectónico, pondo aqui de lado os aspectos culturais que são obviamente os mais importantes quando se trata de património com valor histórico e artístico:

Há um primeiro grupo de factores que está directamente relacionado com o ambiente e um segundo, que de uma forma indirecta tem também repercussões ao nível da salvaguarda do ambiente.

Com uma relação directa temos os:

Factores energéticos

Poupar os edifícios antigos para serem reutilizados, é factor de poupança de energia.

- pela poupança da energia necessária para a demolição do edifício e para a reconstrução de novo edifício;
- pela eficiência energética que advém das características construtivas próprias dos edifícios antigos e;
- pela eventual poupança de combustíveis, caso a alternativa à reutilização seja a deslocalização para a periferia da cidade, implicando assim gastos energéticos acrescidos com os transportes diários casa-trabalho.

Factores ambientais

As vantagens resultam em parte da poupança de energia acima referida mas também da preservação de um espaço já construído em alternativa ao alastramento da área urbana. Anualmente milhares de hectares de floresta são sacrificados à expansão urbana. Aqueles que poderem ser poupados por via da reutilização do património existente são bem-vindos. Em Lisboa temos um bom exemplo desta falta de visão: enquanto a periferia da cidade não

pára de crescer, o centro histórico continua a desertificar dando origem a inúmeros imóveis devolutos.

Há ainda a considerar dentro dos factores ambientais a natureza dos materiais, normalmente aplicados na conservação do património arquitectónico. O respeito pela autenticidade e as características físico-químicas das construções antigas faz-nos empregar materiais do mesmo tipo dos originais. Por exemplo, a cal predomina sobre o cimento e sobre as tintas tóxicas, e a madeira sobre o alumínio. Há, portanto, um predomínio dos materiais naturais sobre os artificiais, normalmente mais consumidores de energia e mais poluidores.

Com uma relação indirecta temos os:

Factores sociais.

A não valorização do património construído existente está associada às rupturas nas comunidades locais e à descontinuidade da sua permanência nos locais de origem levando à desertificação ou à substituição por outros estratos sociais. As chamadas aldeias históricas são um bom exemplo dessa desertificação.

Dentro dos factores sociais temos o sub-factor emprego.

A reabilitação requer mão-de-obra intensiva e promove a formação de artesãos ligados a processos construtivos tradicionais.

Factores económicos.

A preservação de edifícios antigos contribui para a manutenção do carácter de um bairro ou de uma cidade, atraindo visitantes exteriores que contribuem para o desenvolvimento económico do tecido social.

O sub-factor localização.

Os edifícios antigos estão frequentemente localizados no centro das cidades o que implica uma série de vantagens em termos de localização (transportes públicos, comércio, infraestruturas, serviços, equipamentos, etc.) e, como vimos atrás, a centralidade tem também reflexos na poupança em combustíveis.

Factores financeiros

Adquirir um edifício antigo pode ser mais barato que um novo porque os edifícios novos têm um valor de mercado superior. Por outro lado, a recuperação do edifício existente não envolve custos de demolição.

Termina-se esta comunicação com um exemplo que nos chega da terra da abundância de recursos financeiros onde seria talvez de supor uma menor preocupação com a poupança dos recursos naturais

O local é Manhattan, Nova Iorque e trata-se de um projecto de Norman Foster para um edifício de escritórios destinado à sede da Hearst Corporation.

Este será o 1º edifício “verde” em Nova Iorque e que espera receber o prémio “Gold Leed” que foi criado para distinguir projectos líderes em design ambiental e de energia. Esta torre de 46 andares vem estabelecer novos standards em termos do conceito de arquitectura verde e concretiza aquilo que se julgava impossível, ou seja que uma torre de escritórios em Nova Iorque pudesse ser classificada como “verde”.

Em termos de funcionamento, as 2 grandes contribuições desta torre para a defesa do ambiente traduzem-se na poupança de água e na poupança de electricidade.

Pela informação a que se tem acesso no respectivo site da internet ficamos a saber que:

- 85% dos materiais resultantes da demoli-

ção do edifício existente foram reutilizados na construção da torre;

- o desenho da solução estrutural adoptada resulta numa economia de 20% de aço (-2000 t);
- a cobertura recolhe água da chuva que é depositada e que é utilizada para a climatização dos espaços e para a rega das plantas. Essa água captada, por outro lado, deixa de ser encaminhada para o sistema de esgotos da cidade;
- detectores de movimento ligados a computadores gerem a iluminação interior e os aparelhos;
- detectores de luz solar controlam o nível de iluminação artificial.

Por outro lado, do ponto de vista da conservação do património arquitectónico, a solução não será a melhor pois apenas as paredes exteriores são mantidas já que o interior é vazado para receber o arranque da torre de 46 andares que lhe fica sobrejacente. De qualquer modo este projecto, ao preservar as fachadas de 1928, salvaguarda a memória do valor arquitectónico bem como a sua relação com o tecido urbano envolvente.